Documento gerado oficialmente pelo

GOIÂNIA -

de Título Extrajudicial

Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/5XJ34-7WQVP-SUKB8-V9YQE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA

Maísa Del Valle da Silva Oficiala de Registro

ESTADO DE GOIÁS



COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório da 3.a Circunscrição Imobiliária

"24.079"

Livro 2

Registro Geral - Ficha Nº 001.

Matrícula

Goiânio, 29 de abril de 1994.

Tipo, BLOCO "D", CONJUNTO 02, do EDIFÍCIO RESIDENCIAL NEGRÃO DE LIMA, contendo: 02 dormitórios, sala de estar, cozinha, área de serviço, banheiro social, varanda e vaga de estacionamento para veículo, com área total de 100,74 m2, sendo: 64,84 m2 de área / privativa; 35,90 m2 de área comum e respectiva fração ideal de -29,71 m2 ou 0,3192% do lote de terras de número 1/20, da quadra 17, situado à Rua Dona Santinha, na VILA NEGRÃO DE LIMA, nesta -Capital, com a área de 9.305,78 metros quadrados. PROPRIETÁRIA:-CONSTRUTORA LEO LYNCE S/A, com séde no SCRN 702/3, Bl. A, nº.27, Brasília-DF, CGC/MF 24.893.323/0001-10. TÍTULO AQUISITIVO: Matrícula nº. 17.973, R.01, da aquisição; R.03 - da Incorporação, des te Cartório. O referido é verdade e dou fê. O Oficial,

AV.01-24.079: HIPOTECA: Certifico que, conf. R.02-17.973, deste Cartório, o imóvel foi HIPOTECADO a favor da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL-CEF. O referido é verdade e dou fé. Goiânia, 29 de abril / de 1994. O Oficial,

R.02-24.079: PENHORA - Goiânia, 10 de dezembro de 2001. AUTORA: FAZENDA NACIONAL. REU: CONSTRUTORA LEO LYNCE S/A, qualificada na Matrícula supra. TÍTULO: Penhora. FORMA DO TÍTULO: Mandado passado em 28.09.2001, extraído dos autos n° 95.0000349-0, 95.0002475-6, 95.0008292-6, 95.0008742-1. 95.0008972-6, 95.0008973-4, 95.0008971-8. 95.0008974-2. 95.0008975-0. 95.0008978-5, 95.0008977-7, 95.0008976-9, 95.0008979-3, 95.0008991-2, 95.0008993-9, 95.0008994-7, 95.0008995-5, 95.0008996-3, 95.0008997-1 95.0008998-0, de Execução Fiscal/3100, expedido pela Justiça Federal - 10ª Vara - Seção Judiciária do Estado de Goiás. <u>VALOR</u>: R\$314.547,33, figurando como depositário o Sr. Leo Lynce Roriz de Araújo. O referido é verdade e dou fé. Oficial, www.

AV.03-24.079 INDISPONIBILIDADE: Certifico que, conforme verificação de existência de bens realizada em 24.11.2021, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens-CNIB, via Relatório de Indisponibilidade, extraído do Protocolo 202111.1916.01913140-IA-100, Processo 00681101419968090051, cadastrada em 19.11.2021 às 16:10:16, por ordem do Diretor do Foro na cidade de Goiânia-GO, fica INDISPONÍVIL o imóvel objeto da presente Matrícula. O referido é verdade e dou fé. Goiânia, 23 de fevereiro de 2022. Oficial Juonal Grana

AV.04-24.079: INDISPONIBILIDADE: Conffico que, conforme verificação de existência de bens

Continua no Verso...

Pedido n. 166.376, de 13/11/2024, emitido em 27/11/2024 às 15:46:24

Página 1 de 3





de Título Extrajudicial



Valide aqui este documento

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/5XJ34-7WQVP-SUKB8-V9YQE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA

Maísa Del Valle da Silva Oficiala de Registro

ESTADO DE GOIÁS



COMARCA DE GOIÂNIA

Cartório da 3.a Circunscrição Imobiliária

Continugção: da Matrícula n.º realizada em 09.01.2023, na Central Nacional de Indisponibilidade de Bens-CNIB, via Relatório de Indisponibilidade, extraído do Protocolo 202301.0618.02504465-IA-600, Processo 000137846199340 13500, cadastrada em 06.01.2023 às 18:17:33, por ordem do 10º Vara da cidade de Goiânia-GO, fica INDISPONÍVEL o imóvel objeto da presente Matrícula. O referido é verdade e dou fé. Goiânia, 17 de janeiro de 2023. Oficial funcial fauma.

R-5-24.079:. PENHORA. Por Termo de Penhora e Depósito expedido em 04/11/2024, pelo Juízo de Direito da 4ª UPJ - Unidade de Processamento Judicial Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia-GO, extraído de Processo n. 5237568-35.2019.8.09.0051, requerido por TOTALCRED SERVIÇOS DE COBRANÇA EIRELI, contra CONSTRUTORA LEO LYNCB, já qualificada, o imóvel desta matrícula foi penhorado, para garantia do débito de R\$ 15.343,70 (quinze mil trezentos e quarenta e três reais e setenta centavos), ficando como depositária Construtora Leo-Lynce S/A/O referido é verdade e dou fé. Goiânia, 27 de novembro de 2024. O Oficial Substituto, Yuri Barbosa Leal,

Emol. R\$ 415,39; Tx. Jud. R\$0,00; Fund. Estaduais R\$88,27; ISS R\$20,77; Total Item Registro R\$524,43 Selo Prenotação 02932411113192825430115; Protocolo 166.376 Prenotado em 13/11/2024.



Pedido n. 166.376, de 13/11/2024, emitido em 27/11/2024 às 15:46:24

Página 2 de 3





Tribunal de Justiça do Estado de Goiás Documento Assinado e Publicado Digitalmente em 02/01/2025 17:16:09 Assinado por PAULO ESTEVES SILVA CARNEIRO Localizar pelo código: 109087625432563873764512494, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/p







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DE GOIÁS

REGISTRO DE IMÓVEIS DA 3ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA

Maísa Del Valle da Silva Oficiala de Registro

CERTIFICA que, a presente é reprodução autêntica da Matricula n. 24.079 do Livro 2 - Registro Geral, e que foi extraída por meio reprográfico. Certidão emitida nos termos do art. 19, § 1º, da Lei n. 6.015 /1973 e item 80, incisos I e II, da Tabela XIV do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Goiás.

| Emols.: | R\$ | 83,32 | Taxa Jud.: | R\$ | 18,29 |
|-----------|-----|-------|------------|-----|--------|
| Fundesp.: | R\$ | 8,33 | Funemp.: | R\$ | 2,50 |
| Funcomp: | R\$ | 2,50 | Fepadsaj.: | R\$ | 1,67 |
| Funproge: | R\$ | 1,67 | Fundepeg.: | R\$ | 1,04 |
| ISS: | R\$ | 4,17 | Total: | R\$ | 123,49 |

Selo digital n. 02932411213093334420182 Consulte o selo em: https://see.tjgo.jus.br/buscas

Goiânia/GO, 27 de novembro de 2024

ATENÇÃO:

Valide este documento clicando no link a seguir: https://assinador-web.onr.org.br/docs/5XJ34-7WQVP-SUKB8-V9YQE

- 1 Para fins de transmissão (compra e venda, permuta, doação, etc.), essa certidão possui validade de 30 (trinta) dias, conforme estabelece o art. 1°, IV, b, do Decreto n. 93.240/1986, que regulamenta a Lei n. 7.433/1985.
- 2 Segundo o art. 1º, da Lei n. 20.955/2020, constitui condição necessária para os atos de registro de imóveis a demonstração ou declaração no instrumento público a ser registrado do recolhimento integral dos Fundos Institucionais de que trata o art. 15, § 1º, da Lei n. 19.191/2015, com base de cálculo na Tabela XIII, da Lei n. 14.376/2002, inclusive na hipótese de documento lavrado em outra unidade da Federação.

Pedido n. 166.376, de 13/11/2024, emitido em 27/11/2024 às 15:46:24

Página 3 de 3



